



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRESIDENCIA COMPROV

Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900
Telefone: (83) 2101.1359
Site: <http://comprov.ufcg.edu.br>

EDITAL Nº 04/2026

Processo nº 23096.003477/2026-78

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCEDIMENTO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO COMO PESSOA PRETA OU PARDA, OU INDÍGENA OU PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), através da Pró-Reitoria de Ensino (PRE) e da Comissão de Processos Vestibulares (COMPROV), no uso de suas atribuições legais, considerando os princípios que regem a Administração Pública descritos no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e o que estabelecem a Resolução Nº 01/2024 da Câmara Superior de Ensino (CSE-UFCG), a Portaria MEC Nº 704, de 17 de outubro de 2025, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, a Portaria Normativa MEC nº 19, de 6 de novembro de 2014, a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, a Portaria Normativa MEC nº 9, de 5 de maio de 2017, Portaria MEC nº 1.117, de 1º de novembro de 2018, Portaria nº 2.027, de 16 de novembro de 2023, Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, Decreto nº 11.781, de 14 de novembro de 2023; o Edital MEC nº 22, de 17 de outubro de 2025 da Secretaria de Educação Superior ; o Edital nº 29, da Secretaria de Educação Superior/MEC, de 22 de dezembro de 2025, Sistema de Seleção Unificada (SiSU) - Processo Seletivo 2026, e o Edital Nº 01/2026 PRE/COMPROV, tornam público o presente Edital, contendo orientações necessárias ao **PROCEDIMENTO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO COMO PESSOA PRETA OU PARDA, OU INDÍGENA; OU PESSOA COM DEFICIÊNCIA** para o Edital da Chamada Regular SISU 2026

1. DA VALIDAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA PRETA OU PARDA OU INDÍGENA - PPI, OU PCD:

1.1. Os/As candidatos/as selecionados/as na modalidade das cotas reservadas a pessoas pretas/pardas ou indígenas; ou pessoa com deficiência, conforme Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 alterada pela Lei nº 14.723/2023, e seus instrumentos regulamentares (Decreto nº 7.824, de 2012 e Portaria Normativa nº 18, de 2012 do MEC e Portaria nº 2.027, de 16 de novembro de 2023), que dispõem sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de educação superior, deverão se apresentar às Comissões de Validação, conforme descrito nas etapas a seguir.

2. DA OBRIGATORIEDADE DA VALIDAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO COMO PESSOA PRETA OU PARDA OU INDÍGENA ; OU PCD:

2.1. Os/As candidatos/as convocados/as nos termos de que trata este Edital, deverão, obrigatoriamente, realizar os procedimentos complementares à autodeclaração como pessoa preta, parda ou indígena; ou PcD que será realizada pela comissão constituída.

2.2. É de inteira responsabilidade do/a candidato/a verificar o cronograma de convocação deste Edital.

2.3. O não comparecimento ou não validação das Comissões de Validação PPI ou PcD implicará na eliminação do candidato na(s) modalidade(s) de concorrência PPI ou PcD, sendo que o(a) candidato(a) será incluído na lista de espera na(s) modalidade(s) de Escola Pública a qual ele está habilitado e Ampla Concorrência.

2.3.1. Somente será incluído na lista de espera o candidato que tenha encaminhado a sua documentação para cadastramento e venha a atender ao disposto no subitem 2.3.

2.3.2. O candidato que não enviar a documentação e não comparecer as Comissões de Validação PPI ou PCD será eliminado do processo seletivo para acesso aos cursos de graduação da UFCG.

3. DA CONVOCAÇÃO

3.1. Todos(as) os(as) candidatos(as) aprovados classificados na **Chamada Regular do SiSU (2026)** que concorrem a vagas reservadas do processo seletivo de 2026 - Sistema de Seleção Unificada SiSU devem comparecer às Comissões de Validação para homologação das cotas PPI ; ou PcD, em um dos campus da UFCG onde as Comissões de Validação atuarão.

3.2. Todos(as) os(as) candidatos(as) aprovados classificados no **Edital Nº 01/2026 PRE/COMPROV - Chamada Regular SiSU** que concorrem a vagas reservadas devem comparecer às Comissões de Validação para homologação das cotas PPI ; ou PcD, em um dos campus da UFCG onde as Comissões de Validação atuarão.

4. CRONOGRAMA

Ação	Datas	Locais e Horários
<p>Comparecimento presencial do(a) candidato(a) à(s) comissão(ões), conforme vaga reservada, devendo apresentar a documentação necessária conforme disposto no item 5 deste Edital.</p>		<p align="center">Comissão Regular de Validação para Pessoas Pretas ou Pardas ou Indígena (PPI)</p> <p>Campus - Campina Grande DATA: 02/02/2026, 03/02/2026, 05/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 13h30m às 17h LOCAL: Auditório Rosa Tânia Barbosa de Menezes (Próximo ao Bloco da Reitoria)</p> <p>DATA: 06/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m LOCAL: Auditório Rosa Tânia Barbosa de Menezes (Próximo ao Bloco da Reitoria)</p> <p>DATA: 02/02/2026, 03/02/2026 HORÁRIO: Das 19h às 21h LOCAL: Auditório do Centro de Humanidades (CH)</p> <p>Campus - Cajazeiras DATA: 03/02/2026 e 04/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Sala de Reuniões do CFP</p> <p>Campus - Patos DATA: 03/02/2026 e 04/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Sala de Reuniões da Direção de Centro CSTR</p> <p>Campus- Sousa DATA: 03/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Sala dos Conselhos - Unidade II CCJS</p> <p>Campus - Pombal DATA: 03/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Miniauditório do CCTA</p> <p>Campus - Sumé DATA: 03/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Sala de Reuniões da Direção do CDSA</p> <p>Campus - Cuité DATA: 03/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Sala da Vice Direção do CES</p>

			Deficiência (PCD)	
			Campus - Campina Grande DATA: 04/02/2026 HORÁRIO: Das 14h às 17h LOCAL: SIASS/UFCG DATA: 04/02/2026, 05/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m LOCAL: Ambulatório do CAESE - Hospital Universitário Alcides Carneiro - HUAC	
			Campus - Cajazeiras DATA: 04/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m e Das 14h às 17h LOCAL: Sala do Comitê de Ética CFP	
			Campus - Patos DATA: 05/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Sala de Reuniões da Direção de Centro CSTR	
Período para <u>interposição de recurso</u> ao parecer da Comissão de Validação Complementar		de 02 de fevereiro de 2026 até 09 de fevereiro de 2026	Sistema Eletrônico de Recursos da COMPROV	
Comissões Recursais de Validação. O(a) candidato(a) ao comparecer à Comissão Recursal deverá apresentar a documentação disposta no item 5 deste Edital.			Comissão Recursal de Validação para Pessoas Pretas e Pardas (PPP)	
			Campus - Campina Grande DATA: 10/02/2026 e 11/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Auditório Rosa Tânia Barbosa de Menezes (Próximo ao Bloco da Reitoria)	
			Campus - Cajazeiras DATA: 10/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Sala de Reuniões do CFP	
			Campus - Patos DATA: 11/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m LOCAL: Sala de Reuniões da Direção de Centro CSTR	
			Campus- Sousa DATA: 10/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Sala dos Conselhos - Unidade II CCJS	
			Campus - Pombal DATA: 10/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Miniauditório do CCTA	
			Campus - Sumé DATA: 10/02/2026 HORÁRIO: Das 8h às 11h30m Das 14h às 17h LOCAL: Sala de Reuniões da Direção do CDSA	

Campus - Cuité

DATA: 10/02/20256

HORÁRIO:

Das 14h às 17h

LOCAL: Sala da Vice Direção do CES

Comissão Recursal de Validação para Pessoas com Deficiência (PCD)**Campus - Campina Grande**

DATA: 11/02/2026

HORÁRIO:

Das 14h às 17hLOCAL: **Núcleo de Assistência à Saúde - Sala Média 2 (Vizinho à Prefeitura Universitária)****Campus - Cajazeiras**

DATA: 10/02/2026

HORÁRIO:

Das 8h às 11h30min

LOCAL: Sala do Comitê de Ética do CFP

Divulgação dos resultados de recursos contra o indeferimento das Comissões no site da COMPROV.

a partir de 13 de fevereiro de 2026

Sistema Eletrônico de Recursos da COMPROV e SIGPS

5. DOS PROCEDIMENTOS DE VALIDAÇÃO PPI OU PCD

5.1. Os(As) candidatos(as) PPI ou PcD autodeclarados(as) deverão se apresentar **presencialmente** na data e horário previstos no cronograma deste Edital.

5.2. Todos(as) os(as) candidatos(as) inscritos(as) para à reserva de vagas PCD devem apresentar também a documentação comprobatória, a saber:

A. Laudo médico original ou cópia autenticada expedido, no máximo, há 12 (doze) meses antes do cadastramento online, no qual conste:

I - Identificação da pessoa com deficiência (nome, documento de identidade e o CPF);

II - Identificação da deficiência, com o registro do tipo de deficiência;

III - Classificação Internacional de Doenças (CID);

IV - Descrição detalhada das alterações fisiológicas apresentadas nos órgãos / sistemas e das limitações funcionais para as atividades do cotidiano causadas pela deficiência;

V - A causa provável da deficiência.

VI - Demais exames e documentos comprobatórios da deficiência declarada.

5.3. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) verificar a data e horários previstos para atuação das comissões PPI ou PcD.

5.4. Os(As) candidatos(as), ao se apresentarem à(s) Comissão(ões) PPI ;ou PcD, deverão estar munidos(as) de documento original de identificação com foto (Cédula de Identidade; Passaporte; Carteira Nacional de Habilitação; Carteira de Trabalho). O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a sua identificação.

5.5. Durante a apresentação do(a) candidato(a) à(s) Comissão(ões) **não será permitido o uso de pertences pessoais, tais como óculos de sol, acessórios, artigos de chapelaria e/ou adereços, nem fazer uso de maquiagem e/ou ter se submetido a bronzeamento, seja natural ou artificial, e vestimentas que dificultem a identificação dos traços fenotípicos.**

5.6. Em hipótese alguma a(s) Comissão(ões) realizará(ão) a verificação de pessoa negra (preta ou parda) ou indígena; ou PcD, por procuração.

5.7. A Comissão de validação irá considerar as características fenotípicas que identifique o(a) candidato(a) como pertencente ao grupo étnico-racial negro: cor da pele, cabelo (inclusive aqueles alisados), formato do nariz e boca.

5.8. Não será considerada a relação de consanguinidade em qualquer grau de parentesco do(a) candidato(a) no momento da validação das cotas PPI.

5.9. **Será considerado(a) não validado(a) pela(s) Comissão(ões), o(a) candidato(a) que:**

I - Negar-se a fornecer algum dos itens/documentos e/ou informações exigidos por este Edital;

II - Não apresentar traços fenotípicos que o(a) identifiquem como pessoa preta, parda ou indígena;

II - Não se apresentar nos termos desta Convocação, no dia e horários previstos no cronograma, ou sair antes de finalizada sua participação nesta fase da verificação.

5.10. O resultado da atividade da(s) Comissão(ões) PPI ou PcD será divulgado na página eletrônica da COMPROV.

6. DO RECURSO CONTRA A NÃO VALIDAÇÃO

6.1. Do resultado da(s) Comissão(ões) caberá recurso, sendo obrigatório o(a) candidato(a):

I - Abrir o pedido de recurso devidamente fundamentado por meio do formulário de recurso que encontra-se no site da COMPROV, indicando a opção "SiSU 2026."

II - Comparecer obrigatoriamente ,para avaliação pela Comissão Recursal responsável, nas datas previstas neste Edital.

6.1.1. A abertura de pedido de recurso através do formulário de recurso é procedimento administrativo, sendo que o(a) candidato(a) que interpor recurso tem **A OBRIGATORIEDADE DE COMPARECER PARA AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO RECURSAL RESPONSÁVEL, NAS DATAS PREVISTAS NESTE EDITAL.**

6.1.2. O resultado final dos recursos interpostos será encaminhado para o(a) candidato(a) via o sistema de recursos da COMPROV.

6.1.3. O recurso restará **INDEFERIDO** caso o(a) candidato(a) não compareça para avaliação pela Comissão Recursal responsável, nas datas previstas neste Edital.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Os casos omissos serão avaliados pela Comissão de Processos Vestibulares ouvida a Pró-Reitoria de Ensino.

8. ANEXOS

Anexo I- AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL;

Anexo II - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO INDÍGENA

<i>assinado eletronicamente</i>	<i>assinado eletronicamente</i>
LEOVEGILDO DOUGLAS PEREIRA DE SOUZA	ÉRICA CRISTINE MEDEIROS MACHADO
Presidente COMPROV	Pró-Reitora de Ensino



Documento assinado eletronicamente por **LEOVEGILDO DOUGLAS PEREIRA DE SOUZA, PRESIDENTE**, em 09/02/2026, às 21:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERICA CRISTINE MEDEIROS MACHADO, PRÓ-REITOR(A) DE ENSINO**, em 09/02/2026, às 21:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **6239310** e o código CRC **A7325809**.



ANEXO I

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e RG nº _____, Órgão Emissor: _____, DECLARO para o fim específico de concorrência ao sistema de cotas, modalidade de vagas reservadas para pessoas pretas e pardas, no Processo Seletivo UFCG, Edital PRE Nº _____, que sou () preto; ou () pardo.

Declaro que estou ciente que, considera-se preto ou pardo, o candidato que assim se declare e que possua cor de pele preta ou parda com traços fenotípicos que o identifique como pertencente ao grupo étnico-racial negro. Declaro também estar ciente que se for comprovada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades previstas no Código Penal Brasileiro, bem como a classificação será tornada sem efeito, o que implicará em cancelamento da opção para as vagas direcionadas às ações afirmativas, além de perder o direito à vaga.

_____, _____ de _____ de 202__ (Local e Data).

Assinatura do(a) candidato(a)

Observação: O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal - Falsidade ideológica: Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
COMISSÃO DE PROCESSOS VESTIBULARES
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB,
CEP 58429-900 Telefone: (83) 2101.1359

ANEXO II

AUTODECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO INDÍGENA

Eu, _____,
abaixo assinado(a), portador do CPF: _____,
Identidade: _____ - Órgão Expedidor _____, residente e domiciliado (a) no endereço:

Cidade _____, Estado _____;

DECLARO, na qualidade de líder da Comunidade Indígena
_____ localizada no município de

no estado _____, CEP: _____, nos termos do presente Edital e na forma da
legislação vigente, para fins de registro acadêmico na UFCG que o(a) Sr. (a):

(nome do(a) candidato(a) _____,

portador(a) do RG nº _____ Órgão Expedidor _____, CPF nº _____,

residente e domiciliado(a) no endereço:

Cidade _____, Estado _____,

é ÍNDIGENA e pertence à nossa Comunidade, mantendo laços familiares, econômicos, sociais e culturais com nossa comunidade.

Por ser expressão da verdade, datamos e assinamos esta declaração.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

(Local, dia, mês e ano)

Assinatura do membro da Comunidade Indígena

Assinatura do líder da Comunidade Indígena

Observação: O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal - Falsidade ideológica: Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

